



Demonstrações Financeiras

Cromex S.A.

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016
com Relatório do Auditor Independente.

Cromex S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

Conteúdo

Balanço Patrimonial	4
Demonstração de Resultado	5
Demonstração de Resultado Abrangente	6
Demonstração de Fluxos de Caixa	7
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	8
1. Contexto operacional	9
2. Base de preparação das demonstrações financeiras	12
3. Gestão de riscos	17
4. Eventos especiais ocorridos durante o exercício	22
5. Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	26
6. Contas a receber	27
7. Estoques	30
8. Tributação: impostos correntes e diferidos	31
9. Imobilizado e intangível	35
10. Fornecedores	37
11. Empréstimos e financiamentos	38
12. Obrigações trabalhistas e previdenciárias	41
13. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	42
14. Patrimônio líquido	44
15. Receita líquida de vendas	45
16. Despesas por natureza	46
17. Outras receitas operacionais, líquida	48
18. Resultado Financeiro	48
19. Compromissos assumidos	49
20. Saldos e transações com partes relacionadas	50
21. Estimativa de valor justo	53
22. Seguros	54

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e acionistas da
Cromex S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cromex S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cromex S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de abril de 2018.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Rita de Freitas', is written over a faint, circular stamp or watermark.

Rita de C. S. de Freitas
Contadora CRC-1SP214160/O-5

Balanço Patrimonial

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

Balanço Patrimonial

Balanço Patrimonial				Balanço Patrimonial			
	Notas*	2017	2016		Notas*	2017	2016
Ativo				Passivo			
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes	5	3.170	6.596	Fornecedores	10	79.166	87.496
Contas a receber	6	42.807	45.856	Empréstimos e financiamentos	11	76.226	59.819
Estoques	7	26.979	23.773	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	12	8.048	7.059
Impostos a recuperar	8.2	14.229	2.924	Impostos a pagar	8.3	6.420	7.869
Outros		1.842	2.100	Outras contas a pagar ²		2.580	7.830
		<u>89.027</u>	<u>81.249</u>			<u>172.440</u>	<u>170.073</u>
Ativos não circulantes mantidos para venda		<u>782</u>	<u>-</u>	Passivo não circulante			
Ativo não circulante				Empréstimos	11	58.741	59.133
Partes relacionadas LP	20	120.616	105.342	IR/CS diferidos	8.4	-	478
Imobilizado	9	33.954	39.199	Partes relacionadas	20	1.353	2.490
Depósitos judiciais		4.013	3.712	Provisão para contingência	13	1.161	1.595
Imposto de Renda e Contribuição social Diferidos	8.4	88	-			<u>61.255</u>	<u>63.696</u>
Créditos de operações com derivativos		-	1.011	Patrimônio líquido			
Intangível	9	587	434	Capital Social	14.1	134.125	129.781
		<u>159.258</u>	<u>149.698</u>	Ajustes de avaliação patrimonial	14	3.215	3.309
				Prejuízos acumulados ¹	14	(121.968)	(135.912)
						<u>15.372</u>	<u>(2.822)</u>
Total do ativo		<u>249.067</u>	<u>230.947</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>249.067</u>	<u>230.947</u>

*As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

¹ 2016: Prejuízo acumulado de 2015 rerepresentado, alterando assim o saldo de 2016.

² 2016: Valores de multas e juros referente a obrigações fiscais incluídas na rerepresentação de 2015.



Demonstração de Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

Demonstração de Resultado

	Notas*	Demonstração de resultado	
		2017	2016
Receita líquida de vendas	15	295.835	354.100
Custo do produto vendido (CPV)	16	(223.553)	(285.932)
Lucro bruto		72.282	68.168
Receitas/despesas operacionais			
Com vendas	16	(31.550)	(32.099)
Gerais e administrativas	16	(25.451)	(25.257)
Outras receitas/despesas operacionais líquida	17	(618)	5.268
Lucro/prejuízo operacional antes do resultado financeiro		14.663	16.080
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	18	23.665	8.940
Despesas financeiras	18	(43.240)	(31.730)
Variação cambial líquida		(1.180)	15.027
Lucro/prejuízo líquido antes do imposto de renda		(6.092)	8.317
Imposto de renda e contribuição social	8.1	19.942	(3.666)
Lucro /prejuízo líquido do exercício		13.850	4.651
Lucro /prejuízo líquido do exercício por ação (R\$)		0,106	0,036

*As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras



Demonstração de Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

Demonstração de Resultado Abrangente

	Demonstração de resultado abrangente	
	2017	2016
Lucro/Prejuízo do exercício	13.850	4.651
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangendo exercício	13.850	4.651

*As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Demonstração de Fluxo de Caixa

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

Demonstração de Fluxos de Caixa

	Demonstração de fluxo de caixa		
	Notas*	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro/prejuízo líquido do exercício		13.850	4.651
Ajustes ao lucro			
Depreciação e amortização	9	4.585	5.180
Receita financeira sobre derivativos avaliados a valor justo		-	1.394
Encargos e variação cambial sobre empréstimos, financiamentos e debêntures			
Juros sobre mútuos a receber de partes relacionadas	20	(15.275)	(8.068)
Provisão/reversão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	13	(434)	(1.437)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	6	181	965
Provisão para perdas nos estoques	7	408	(937)
Provisão para Impairment		190	-
AVP fornecedores e clientes		1.923	-
Impostos diferidos	8.1	(19.942)	1.553
Aumento (redução) dos ativos			
Contas a receber	6	2.868	13.931
Estoques	7	(3.614)	15.436
Impostos a recuperar		(1.146)	(179)
Outros ativos		135	(2.043)
Aumento (redução) dos passivos			
Fornecedores	10	(8.330)	1.555
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	12	989	2.464
Obrigações tributárias	8.3	(1.449)	4.477
Partes relacionadas LP	20	(1.137)	-
Outros passivos		(5.250)	55
Caixa gerado pelas atividades operacionais		(19.851)	36.422
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures			
Ajuste exercícios anteriores		7.156	-
Aumento de capital social		4.344	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais (CFO)		(18.971)	19.560
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisições de imobilizado e intangível	9	507	(2.736)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento (CFI)		507	(2.736)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos e financiamentos	11.2	112.622	83.442
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures	11.2	(97.584)	(118.271)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento (CFF)		15.038	(34.829)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa			
		(3.426)	(18.005)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	5	6.596	24.601
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	5	3.170	6.596
Aumento/redução no caixa e equivalentes de caixa		(3.426)	(18.005)

*As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Demonstração de mutações no PL						Total do Patrimônio líquido (PL)
	Capital Social	Reservas de capital			Custo Atribuído	Prejuízos acumulados	
		Reserva de capital	Reserva especial de ágio	Reserva legal			
Saldo em 31 de dezembro de 2015 (reapresentado)	129.781	42.421	(29.574)	726	3.404	(154.231)	(7.473)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(95)	95	-
Absorção de prejuízo	-	(42.421)	29.574	(726)	-	13.573	-
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	4.651	4.651
Saldo em 31 de dezembro de 2016	129.781	-	-	-	3.309	(135.912)	(2.822)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(94)	94	-
Aumento de capital	4.344	-	-	-	-	-	4.344
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	13.850	13.850
Saldo em 31 de dezembro de 2017	134.125	-	-	-	3.215	(121.968)	15.372

*As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

1. Contexto operacional

A Cromex S.A. (“Companhia” ou “Cromex”) é uma sociedade anônima de capital fechado, 100% nacional, com sede na Estrada do Corredor, nº 250, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Seus negócios estão na cadeia químico-plástica, participando na terceira geração que reúne os transformadores plásticos, e foram iniciados em 1998, resultado da fusão das empresas Brampac S.A. - Divisão Cromex Resinas e Branco Indústria e Comércio Ltda. - Divisão de “Masterbatches”.

A Cromex tem como objeto social a produção e a comercialização de uma linha de concentrados de cores, os “Masterbatches”, e aditivos para resinas plásticas. Os produtos consistem de insumos industriais que são vendidos nos mercados interno e externo diretamente à conversoras de plásticos ou por meio de distribuidores.

Os principais produtos são:

- **Pigmentos de cor:** “Masterbatches” - trata-se da principal linha de produtos, tendo como destaque as cores branco e preto, além de coloridos diversos.
- **Concentrados de aditivos:** compreendem produtos com propriedades aditivas, como por exemplo “*anti-blocking*”, antiestático, deslizante, estabilizadores, entre outros, para aplicação em termoplásticos.

O parque industrial é composto por duas unidades fabris: uma no estado da Bahia (“Planta BA”) e outra no estado de São Paulo (“Planta SP”):

- **Planta BA (Simões Filho, BA):** dedica-se à fabricação de concentrados das cores branca e preta e aditivos, sendo a maior planta de masterbatches da América Latina
- **Planta SP (São Paulo, SP):** dedica-se principalmente à fabricação de concentrados, coloridos e aditivos.

Em 2017 a distribuição dos produtos foi realizada por meio de nossos centros de distribuição em Simões Filho (BA) e em Pirituba (São Paulo, SP), sendo a distribuição deste último transferida para um operador logístico terceirizado a partir de novembro de 2017. Os detalhes dessa alteração na estrutura logística estão apresentados na Nota 4.

As mercadorias são escoadas pelos modais rodoviários (mercado interno e Mercosul) e marítimo no mercado externo.

1.1 Posição Patrimonial Financeira

Considerando os efeitos negativos da maior crise econômica e política da história brasileira, que afetou significativamente os negócios de diversas empresas, devido à retração de consumo e demanda do mercado interna e falta de linhas de crédito, a Companhia implementou, principalmente nos últimos 3 anos, diversas ações para mitigar os efeitos da crise e assegurar um "turnaround" operacional e financeiro.

Foram revisitados e otimizados custos e despesas operacionais, principalmente em relação à mão de obra administrativa e operacional, despesas com serviços de terceiros, gerais e administrativas. O ciclo de conversão de caixa também apresentou melhoras, devido à gestão de estoques e renegociação de prazos com clientes e fornecedores.

No âmbito das receitas, considerando o cenário de retração econômica e demanda menor do volume de venda, a Companhia teve como foco a melhoria da sua rentabilidade, através de uma política de "pricing" que permitisse a recuperação de margens.

Para completar as ações de melhoria de resultados, a Companhia concluiu no ano de 2017 a renegociação das suas dívidas com seus maiores credores bancários, visando o alongamento de prazos e redução de juros, bem como a redução da posição da sua exposição em moeda estrangeira e mitigação do risco de refinanciamento. O detalhamento desta negociação encontra-se na Nota 11.

Vale ressaltar que a maior parte do endividamento da Companhia não tem origem operacional, sendo originado em 2010 na operação de "Management Buy Out - MBO" por meio de emissão de debêntures não conversíveis com o repasse dos recursos e financiamento do seu acionista controlador Duge Participações Ltda., com o propósito de adquirir a participação societária de 50% da Companhia detida por outro acionista, considerando o contexto favorável à expansão em que o Brasil se encontrava neste período. Obviamente, considerando o agravamento da crise econômica iniciada em 2013 com considerável aumento do risco Brasil, perda do grau de investimento, maior volatilidade cambial e cenários de retração de crédito, o endividamento da Companhia foi afetado e por isso era mandatário endereçar de forma efetiva a melhoria do perfil do mesmo.

Como consequência desse repasse, firmou contrato de mútuo em 2 de agosto de 2010, no valor de R\$59.000, remunerado inicialmente pela variação da Taxa Referencial (TR), acrescida de juros anuais. O saldo em 31 de dezembro de 2017 desse contrato totalizava R\$120.616 (R\$105.342 em 31 de dezembro de 2016). Vide divulgação sobre a recuperabilidade deste saldo na Nota 20.1.

Considerando as ações acima, destacamos o crescimento em termos nominais e de margem do EBITDA ajustado (informação não auditada), conforme segue:

	Composição EBITDA	
	2017	2016
Resultado Operacional	14.663	16.080
Depreciação e amortização	4.584	5.064
Eventos não recorrentes	2.597	151
EBITDA (informação não auditada)	21.844	21.295

2. Base de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais da Companhia foram elaboradas e estão sendo preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

2.2. Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor para refletir: (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável ("*impairment*") de ativos.

Os eventos subsequentes foram avaliados até 07 de abril de 2018, data em que as demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas a taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da conversão pela taxa de câmbio do fim do período são reconhecidos no resultado como despesa ou receita financeira.

A taxa de câmbio utilizada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$3,3080/1US\$ (R\$3,2591/1US\$ em 2016).

2.4. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras são consistentes com as adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras dos exercícios anteriores. A Companhia não adotou antecipadamente quaisquer normas e interpretações que tenham sido emitidas ou alteradas, mas que ainda não estejam em vigor.

As políticas contábeis significativas e relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras foram incluídas nas respectivas notas explicativas, com um resumo da base de reconhecimento e mensuração utilizada pela Cromex.

As normas e interpretações emitidas pelo ICPC, mas ainda não vigentes, até a data das demonstrações financeiras da Companhia, e a atual avaliação dos impactos em suas demonstrações financeiras, sujeita a mudanças em razão das análises em andamento, estão detalhadas a seguir.

- **CPC 48 – Instrumentos Financeiros**: Em dezembro de 2016, o IASB emitiu a versão final do CPC 48 – Instrumentos Financeiros, que substitui a CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O CPC 48 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: (i) a classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, (ii) a perda por redução ao valor recuperável e (iii) a contabilização de *hedge*. O CPC 48 está em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018, sendo permitida sua aplicação antecipada.

Com base no histórico de instrumentos financeiros negociados pela Companhia, não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras ao aplicar as exigências previstas no CPC 48.

A Companhia planeja adotar a nova norma na data efetiva requerida e não fará reapresentação de informações comparativas.



- **CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes:** O CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes foi emitido em dezembro de 2016 e estabelece um modelo de cinco etapas para a contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. Esse novo pronunciamento tem como princípio fundamental o reconhecimento da receita quando da transferência de controle dos bens e serviços para o cliente e por um montante que reflita a contraprestação que a entidade espera ter direito a receber em troca da transferência desses bens ou serviços. A nova norma para receita substituirá todos os requisitos atuais de reconhecimento de receita de acordo com as IFRS. A aplicação retrospectiva completa ou a aplicação retrospectiva modificada será exigida para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018.

A Companhia realizou uma análise prévia do pronunciamento e entende não haver impactos significativos nas demonstrações financeiras, visto que já aplica o conceito de reconhecimento na medida em que há a transferência dos riscos e benefícios, além do fato das vendas da Cromex não estarem atreladas a contratos e não incluem serviços adjacentes.

- **IFRS 16 - Arrendamento mercantil:** Em janeiro de 2016, o IASB emitiu a IFRS 16 (CPC – 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil) e substituiu a IAS 17: Operações de arrendamento mercantil, a IFRIC 4 Como determinar se um acordo contém um arrendamento, o SIC-15 Arrendamentos operacionais – Incentivos - e o SIC-27 Avaliação da substância de transações envolvendo a forma legal de arrendamento. A IFRS 16 estabelece que, em todos os arrendamentos com prazo superior a 12 meses, com limitadas exceções, o arrendatário deve reconhecer um passivo de arrendamento no balanço patrimonial no valor presente dos pagamentos mais custos diretamente alocáveis, ao mesmo tempo que reconhece um direito de uso correspondente ao ativo subjacente. Durante o prazo do arrendamento mercantil, o passivo de arrendamento é ajustado para refletir os custos financeiros e pagamentos feitos e o direito de uso é amortizado, semelhante às regras de arrendamento financeiro segundo a IAS 17.

Não há alteração substancial na contabilização do arrendador com base na IFRS 16 em relação à contabilização atual de acordo com a IAS 17. Os arrendadores continuarão a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação da IAS 17, distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros.

A IFRS 16 entra em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019. O arrendatário pode optar pela adoção da norma utilizando a retrospectiva completa ou uma abordagem modificada da retrospectiva. As provisões transitórias da norma permitem determinadas isenções.

A Companhia ainda não quantificou o impacto da adoção da IFRS 16 sobre os seus ativos e passivos. Contudo, espera não ter impactos substanciais visto que não possui acordos relevantes de arrendamento. Geralmente, os acordos da Cromex estão relacionados ao arrendamento de imóveis e veículos.

Em 2018, a Empresa planeja avaliar o efeito potencial da IFRS 16 nas suas demonstrações financeiras.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Empresa.

2.5. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As demonstrações financeiras foram elaboradas com o apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir dos estimados.

As estimativas e julgamentos significativos utilizados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados a seguir:

- **Tributos diferidos:** Os tributos diferidos ativos decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias são reconhecidos levando-se em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários macroeconômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. A premissa de lucros futuros é baseada na produção, planejamento de vendas, preços de produtos, custos operacionais, reestruturação e planejamento de custos de capital.



- **Redução do valor recuperável de ativos ("Impairment"):** A Companhia determina seus fluxos de caixa e resultados futuros com base nos orçamentos aprovados pela administração, os quais utilizam as seguintes premissas-chaves: (i) volume e preços de produtos vendidos; (ii) custos e investimentos baseados na melhor estimativa dos projetos com base em desempenhos passados; (iii) vida útil de cada unidade; e (iv) taxas de juros e câmbio estimadas para períodos futuros. Portanto, existe a possibilidade de que mudanças nas circunstâncias alterem essas projeções, o que pode afetar o valor recuperável dos ativos.

- **Processos judiciais e provisão para contingências:** A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais e administrativos para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos e internos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia, e incertezas no ambiente legal envolvem o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

- **Vida útil dos ativos imobilizados:** as vidas úteis utilizadas para o cálculo da depreciação dependem de avaliação técnica realizada periodicamente e envolve o julgamento sobre a vida física, tecnológica ou do produto para o qual o ativo é destinado à produção, bem como seu estado físico ou qualidade. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

3. Gestão de riscos

A Cromex realiza a gestão de riscos com o objetivo de suportar o atingimento de suas metas e para garantir a solidez e a flexibilidade financeira da companhia e a continuidade do negócio.

Desta forma, mantém estratégia de gestão de riscos com o objetivo de proporcionar uma visão integrada dos riscos aos quais está exposta, considerando não apenas o risco gerado pelas variáveis negociadas no mercado financeiro (risco de mercado) e o risco de liquidez, mas também o risco proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia (risco de crédito) e o risco relativo a processos internos inadequados ou deficientes, pessoas, sistemas ou eventos externos (risco operacional), dentre outros.

3.1. Risco de mercado

A Cromex está exposta ao comportamento de diversos fatores de risco de mercado que podem impactar seu fluxo de caixa. A alta administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode eventualmente incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos. No caso de contratação de instrumentos financeiros, os mesmos são monitorados mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados e seu impacto no fluxo de caixa.

Considerando a natureza dos negócios e operações da Cromex, os principais fatores de risco de mercado aos quais a Companhia está exposta são: taxas de câmbio, taxas de juros, preços de produtos e insumos.

3.1.1 Risco de taxas de câmbio e de juros

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. O risco associado ao câmbio, basicamente, do dólar norte-americano, decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio que reduzam valores nominais faturados, afetem os empréstimos em moeda estrangeira e a as contas a pagar decorrentes da importação de matérias-primas.



Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. O risco relacionado às taxas de juros provém da flutuação das taxas de mercado. A exposição da Companhia deriva, principalmente, de empréstimos, financiamentos e aplicações financeiras com taxas de juros pré ou pós-fixadas e índices de inflação.

Para reduzir o potencial impacto causado por esses riscos, instrumentos derivativos podem ser utilizados como estratégia de mitigação.

Segue análise de sensibilidade de câmbio e juros com prováveis cenários:

Análise de sensibilidade - câmbio e juros					
	Cenário provável	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4
Descrição dos cenários	Projeção Itau para 2018	Alta de 25%	Alta de 50%	Queda de 25%	Queda de 50%
Câmbio médio do período (R\$/US\$)	3,46	4,32	5,19	2,59	1,73
TJLP (% a.a.)	6,75%	8,44%	10,13%	5,06%	3,38%
Taxa Selic média do período (%a.a.)	6,50%	8,13%	9,75%	4,88%	3,25%

Instrumento	Nacional	Risco	Impacto em PL e DRE em R\$ mil				
			Cenário provável	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4
Empréstimos em moeda estrangeira	49.617	Cambial	(2.242)	(15.207)	(28.172)	10.723	23.688
Fornecedores em moeda estrangeira	14.720	Cambial	(665)	(4.511)	(8.358)	3.181	7.027
Clientes em moeda estrangeira	14.844	Cambial	671	4.549	8.428	(3.208)	(7.087)
Empréstimos pós-fixados (R\$ mil)	75.832	Taxa de juros	4.461	3.181	1.901	5.740	7.020
Caixa e equivalentes (R\$ mil)	3.170	Taxa de juros	(114)	(62)	(11)	(165)	(217)
Impacto total			2.110	(12.050)	(26.211)	16.271	30.432

3.1.2. Risco de preços de produtos e insumos

A Cromex também está exposta a riscos de mercado relacionados à volatilidade dos preços de *commodities* e de insumos, tais como resinas, dióxidos e outros derivados de petróleo. Em linha com a política de gestão de riscos, estratégias de mitigação de risco envolvendo *commodities* também podem ser utilizadas para adequar seu perfil de risco e reduzir a volatilidade do fluxo de caixa. Podem ser utilizados instrumentos financeiros derivativos para mitigar esses riscos. Além disso, a Companhia mantém uma metodologia de "*pricing*" que captura tempestivamente alterações de câmbio e oscilações nos insumos, repassando-as para os preços dos produtos com base nas formulações técnicas. Nesse aspecto, o repasse de preços é praxe do mercado em que a Companhia está inserida, assim, tal ação não representa um risco.

3.2. Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez corrente. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas pela área de Finanças e Controladoria.

Vide notas 5 ("Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras") e 11 ("Empréstimos e financiamentos") para detalhes sobre o risco de liquidez da Cromex.

3.3. Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A exposição da Cromex ao risco de crédito decorre de recebíveis, adiantamentos a fornecedores, investimentos financeiros e créditos com partes relacionadas. O processo de gestão de risco de crédito fornece uma estrutura para avaliar e gerir o risco de crédito das contrapartes e para manter o risco da companhia em um nível aceitável.



Em relação ao crédito comercial, a política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócio e limites individuais de posição, são procedimentos adotados para minimizar eventuais riscos de inadimplência das contas a receber. A Cromex mantém uma área corporativa de análise de crédito de clientes ligada à tesouraria.

Além disso, a Companhia possui seguro de crédito para proteção contra a inadimplência da maior parte dos clientes do exterior, representativos de aproximadamente 85% das receitas de exportação, o que possibilita uma indenização de aproximadamente 90% sobre a perda líquida dos recebíveis desses clientes. O limite máximo de indenização é de aproximadamente US\$20 milhões, e a cobertura do seguro abrange atualmente 115 empresas, sendo a vigência da apólice anual, compreendendo de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2018.

Em relação ao risco de crédito com outras contrapartes, a Cromex controla e monitora diferentes indicadores de solvência e liquidez das diferentes contrapartes que foram aprovadas para negociação.

3.4. Risco operacional

A gestão de risco operacional é a abordagem estruturada que a Cromex utiliza para gerir a incerteza relacionada à eventual inadequação ou deficiência de processos internos, pessoas, sistemas e eventos externos, de acordo com os princípios e diretrizes da ISO 9001 - Certificação do Sistema de Gestão da Qualidade (SGS), motivo pelo qual a sistemática de abordagem e gerenciamentos dos riscos é documentada em procedimento interno.

Os riscos são identificados e mapeados conforme o fluxo de atividades dos processos, e é feita a avaliação da severidade do risco conforme nível de probabilidade e impacto, para os quais são gerados planos de ação robustos, focando na mitigação ou controle desses riscos. Todas as informações são registradas em documentos rastreáveis em pastas na rede corporativa e as ações são monitoradas por meio de sistema informacional, de modo que todo o conhecimento organizacional e histórico de lições aprendidas sobre os riscos ficam retidos na empresa.

Os principais riscos operacionais são monitorados periodicamente, garantindo-se a efetividade dos controles-chave de prevenção e de mitigação existentes e a execução da estratégia de tratamento dos riscos (melhorias em controles existentes, implementação de novos controles, mudanças no ambiente do risco, transferência de parte do risco através da contratação de seguro, constituição de provisões de recursos, dentre outros).

Assim, a Cromex procura ter uma visão clara de seus principais riscos, dos planos de mitigação com melhor custo x benefício e da efetividade dos controles existentes, monitorando o impacto potencial do risco operacional e alocando o capital de forma eficiente, sempre levando em conta das partes interessadas no âmbito interno e externo.

3.5. Seguros

A Cromex contrata diversos tipos de seguros, tais como: seguro de riscos operacionais, seguro de vida para seus empregados, dentre outros. As coberturas das apólices desses seguros são emitidas de acordo com: os objetivos definidos pela companhia, a prática de gestão de risco corporativo e as limitações impostas pelo mercado de seguro. De forma geral, os ativos da empresa diretamente relacionados às suas operações estão contemplados na cobertura dos seguros contratados e foram considerados suficientes pela Administração.

4. Eventos especiais ocorridos durante o exercício

Os eventos especiais ocorridos durante o exercício são aqueles que, no julgamento da Companhia, impactaram significativamente: o resultado, os fluxos de caixa e a posição patrimonial no exercício; seja pela sua natureza ou pelo seu valor significativo. Para determinar se um acontecimento ou transação é não recorrente, a Companhia considera fatores quantitativos e qualitativos, tais como frequência e o impacto sobre o resultado do exercício.

4.1. Adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT)

Em 31 de agosto de 2017 a Cromex protocolou sua adesão ao PERT, estabelecido pela MP 783/17, convertida na Lei nº. 13.496/17, que abrange os débitos de natureza tributária e não tributária vencidos até 30 de abril de 2017, inclusive aqueles que são objeto de parcelamentos anteriores, rescindidos ou ativos, em discussão administrativa ou judicial ou provenientes de lançamento de ofício efetuados após a publicação da Lei.

A Cromex incluiu no programa débitos em abertos a partir de 25 de agosto de 2015 até a data de 30 de abril de 2017, administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, das seguintes naturezas:

- PIS e COFINS sobre receitas de vendas;
- PIS e COFINS sobre receitas financeiras;
- IRPJ e CSLL;
- IPI e
- INSS patronal.

A Cromex optou por liquidar esses débitos na modalidade a vista, dentro das opções oferecidas pelo programa, liquidando 20% do débito em espécie e o restante com créditos fiscais decorrentes de prejuízos fiscais próprios e da empresa controladora Duge Participações Ltda. (Duge), transferido por meio de aumento de capital aprovado AGE, no valor de R\$4.344, conforme detalhado na Nota 14 ("Patrimônio líquido").

A tabela a seguir resume os principais impactos nas demonstrações financeiras desse programa:

Tabela 4.1: Impactos da adesão – PERT:

	Impactos em 2017			
	Ativos circulante	Passivos fiscais	Diretamente no PL	DRE
Débitos incluídos no PERT ¹	9.515	21.420	-	-
Multas e Juros ²	-	8.166	(8.166)	-
Total dos débitos atualizados	9.515	29.586	(8.166)	-
Redução de multa e juros ²	-	(1.010)	1.010	-
Pagamento de 20% em espécie	(4.823)	(4.823)	-	-
Pagamento com prejuízo fiscal próprio	-	(19.325)	-	(19.325)
Pagamento com prejuízo fiscal Duge	-	(4.344)	4.344	-
Impacto total da adesão	4.692	84	(2.812)	(19.325)

¹ Os débitos incluídos no PERT incluem valores oriundos do cancelamento de PERDCOMPs que permitiram o registro de R\$9.515 relativos a créditos de IPI no grupo de impostos a recuperar.

² Multas e juros oriundos de 2015 e reapresentados no prejuízo acumulado (vide DMPL e BP)

Importante ressaltar que tal adesão contou com assessoria jurídica e fiscal, com emissão de opinião legal emitida por escritório especializado.

4.2. Renegociação dos contratos de empréstimos

Como parte da estratégia de melhoria do perfil do endividamento, a Companhia iniciou no último trimestre de 2016 um processo de negociação junto aos seus principais credores, visando ao alongamento de prazos e à redução de custos do seu endividamento bancário. Esse processo foi concluído em 9 de agosto de 2017 com a assinatura dos contratos e *closing financeiro* que converteram pré-pagamentos de exportação (PPE), no montante de R\$ 46.941 na data acima citada em US\$ para cédulas de crédito bancário (CCB) em R\$ no valor de R\$47.772 incluindo também a renegociação dos prazos e taxas das debêntures emitidas pela Companhia.

Tanto as CCB's quanto as debêntures foram divididas em duas tranches, conforme abaixo:

- **Tranche A:** R\$ 26.498 - prazo de 5 (cinco) anos, com carência de 1 ano, contados a partir de 09 de agosto de 2017, para o principal, e juros remuneratórios à taxa de CDI + 2,25% a.a., amortizados trimestralmente.
- **Tranche B:** R\$ 21.274 - prazo de 3 (três) anos, contados a partir de 09 de agosto de 2017 para o pagamento de principal e juros em única parcela, com remuneração à taxa de CDI + 2,00% a.a.

Com a conclusão dessa negociação a Companhia reduziu substancialmente sua exposição cambial e, por consequência, os efeitos decorrentes da oscilação do dólar norte americano em suas demonstrações financeiras.

O custo dessa transação totalizou R\$3.927, relativos aos *fees* bancários, consultorias e honorários advocatícios e foram contabilizados como redutor do passivo. Os detalhes dessa operação estão apresentados na Nota 11 ("Empréstimos").

4.3. Mudança na estrutura logística

Em 1º de novembro de 2017 a Cromex alterou sua estrutura logística por meio da contratação de um parceiro na figura de Armazém Geral, localizado na cidade de Mauá-SP. Essa alteração teve a finalidade de melhorar a eficiência logística e capturar sinergias, concentrando os esforços da Companhia nas atividades produtivas e comerciais.

Essa alteração permitiu uma redução na estrutura organizacional que era exclusivamente dedicada às atividades de distribuição, composta por mão de obra, equipamentos de movimentação de cargas e armazéns próprios, que deixam de ser um gasto para a Companhia a partir dessa data, além de contribuir para redução da carga tributária incidente sobre as vendas. Os efeitos na demonstração de resultado serão mais relevantes no exercício de 2018 nas seguintes rubricas:

- **Imposto sobre vendas:** redução da alíquota efetiva de ICMS por possível aumento nos benefícios fiscais vinculados ao Estado da Bahia;
- **Salários e encargos:** redução da estrutura de mão de obra própria;
- **Aluguéis:** redução de equipamentos e armazéns;
- **Serviços de terceiros:** aumento em função da prestação de serviço de armazéns gerais.

5. Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras		
	2017	2016
Caixas e bancos em moeda corrente	1.325	2.818
Caixa em moeda estrangeira	1.406	3.692
Aplicações financeiras de curto prazo	439	86
Total de caixa e equivalentes de caixa	3.170	6.596

As aplicações financeiras consistem de aplicações automáticas representadas por Certificados de Depósito Bancário (CDBs) com remuneração média de 20% do CDI em 2017 (20% do CDI em 2016). As aplicações financeiras são mantidas como colateral em certos empréstimos mantidos pela Companhia.

Política contábil

Caixa e equivalentes de caixa compreendem: recursos em caixa, depósitos bancários à vista e investimentos temporários de curto prazo com resgate em até 90 dias da data da aplicação, considerados de liquidez imediata e conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedam o seu valor de mercado ou de realização

Aplicações financeiras compreendem os investimentos financeiros com prazos de resgate superiores a 90 dias da data da aplicação, não considerados pela Administração da Companhia como sendo de liquidez imediata ou classificados para serem levados até a data de vencimento. São registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, não excedendo seu valor de mercado ou de realização.

6. Contas a receber

	Contas a receber	
	2017	2016
Clientes no país	32.686	26.995
Clientes no exterior	14.844	23.403
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.723)	(4.542)
	42.807	45.856

Os recebíveis de clientes possuem prazos médios de aproximadamente 36 dias no mercado doméstico em 31 de dezembro de 2017 (30 dias em 31 de dezembro de 2016) e 119 dias no Mercado Externo em 31 de dezembro de 2017 (98 dias em 31 de dezembro de 2016), e parte é garantia de empréstimos.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa	
Saldo em 31 de dezembro de 2015	5.127
Complementos	965
Reversões	(1.550)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	4.542
Complementos	1.229
Reversões	(1.048)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	4.723

6.1 Risco de crédito

Os ativos financeiros da Companhia são compostos principalmente pelo saldo de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e crédito com partes relacionadas. O caixa da Companhia está aplicado em diversas instituições financeiras do Brasil e a Administração entende haver baixo risco de crédito.

A exposição máxima ao risco de crédito nas datas dos balanços é o valor contábil de cada faixa de idade de vencimento, conforme demonstrado no quadro de contas a receber de clientes por idade de vencimento ("aging") e segregados em grupos de risco, conforme quadros e grupos de risco de crédito apresentados a seguir:

	Aging - Contas a receber	
	2017	2016
A vencer	36.757	38.498
Até 30 dias	20.544	20.355
De 31 a 60 dias	10.831	11.464
De 61 a 90 dias	1.459	5.219
Acima de 90 dias	3.923	1.460
Vencidos	6.050	7.358
Até 30 dias	4.143	4.223
De 31 a 60 dias	1.138	1.039
De 61 a 90 dias	769	1.659
De 91 a 180 dias	-	437
	42.807	45.856

Grupos de risco de crédito:

- Grupo 1: clientes tradicionais no mercado interno, compreendendo grandes e médias indústrias, cujo risco de inadimplência é muito baixo (vencidos até 180 dias e a vencer);
- Grupo 2: clientes tradicionais no mercado externo, compreendendo conversores próprios e distribuidores, cujo risco de inadimplência é muito baixo (vencidos até 180 dias e a vencer);
- Grupo 3: demais clientes no mercado interno (vencidos até 180 dias e a vencer);
- Grupo 4: demais clientes no mercado externo (vencidos até 180 dias e a vencer) e
- Grupo 5: clientes vencidos há mais de 180 dias.

	Exposição de risco de crédito	
	2017	2016
Grupo 1	15.567	16.825
Grupo 2	10.413	19.171
Grupo 3	14.554	7.813
Grupo 4	3.052	2.058
Grupo 5	3.944	4.531
Créditos de clientes	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.723)	(4.542)
Total líquido	42.807	45.856

Política contábil

Contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes, decorrentes das vendas de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. São registradas a valor presente no momento inicial e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas futuras com contas incobráveis. A análise dos títulos vencidos é realizada mensalmente, adotando como critério de constituição de provisão para perda por redução ao valor recuperável os títulos vencidos a partir de 60 dias, exceto aqueles amparados por garantias, e a totalidade dos títulos de clientes concordatários e falidos, ponderando as chances e evidências de negociação. As perdas consideradas definitivas, depois de esgotadas todas as formas de cobrança, inclusive judicial, resultam em baixas de contas a receber contra a provisão para créditos de liquidação duvidosa.

A despesa com a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa é registrada na rubrica "Despesas com vendas" na demonstração do resultado.

7. Estoques

	Estoques	
	2017	2016
Produtos acabados	14.114	13.666
Produtos de revenda	620	1.234
Produtos em elaboração	24	191
Matérias primas	7.840	6.566
Materiais auxiliares e de embalagem	301	324
Importações em andamento	3.275	384
Almoxarifado	2.360	2.555
Provisão para perdas	(1.555)	(1.147)
	26.979	23.773

Os estoques de produtos acabados são armazenados em nossa unidade no Estado do Bahia, quando destinados aos mercados Norte e Nordeste, bem como exportações partindo do porto de Salvador. Os produtos vendidos nos mercados Centro-Oeste, Sudeste e Sul ou destinados à exportação partindo do porto de Santos são armazenados em nosso parceiro logístico terceirizado em São Paulo.

A movimentação da provisão para desvalorização dos estoques é apresentada a seguir:

Movimentação de prov. de perda de estoque	
Saldo em 31 de dezembro de 2015	2.084
Adições/baixas	(937)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.147
Adições/baixas	408
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.555

Política contábil

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o menor. Os custos de produção são determinados pelos custos fixos e variáveis, direta e indiretamente atribuídos à produção, mensurados pelo método de custo médio. Reconhecemos estimativa de perdas com estoques obsoletos ou de baixa movimentação. Os impostos e as demais despesas referentes à aquisição são incluídos no custo, exceto os impostos recuperáveis, que são contabilizados em conta específica.

As importações em trânsito referem-se principalmente às aquisições no exterior na modalidade "Cost and Freight - CFR", nas quais a Companhia possui riscos e responsabilidades pelo frete.

A provisão para perdas é baseada na análise dos estoques com relação à estimativa do valor de realização, tendo em conta os preços estimados, líquidos de impostos e gastos para vender, levando em consideração a idade e o estado físico desses estoques.

8. Tributação: impostos correntes e diferidos

8.1. Tributos sobre o lucro: IRPJ e CSLL

A tabela a seguir demonstra a despesa (receita) com os tributos incidentes sobre o lucro e sua reconciliação à alíquota nominal vigente:

	Tributos sobre o lucro: IRPJ e CSLL	
	2017	2016
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	(6.092)	8.317
Alíquota fiscal nominal combinada	34%	34%
Crédito (despesa) de IRPJ e CSLL	2.071	(2.828)
Ajuste para cálculo da alíquota efetiva:		
Despesas não dedutíveis	(81)	(64)
Crédito tributário não constituído sobre prejuízo fiscal e base negativa de CS e diferenças temporárias	-	(1.553)
Outros	(1.373)	779
IRPJ/CSLL diferidos PERT	19.325	-
(Despesa) Receita com IRPJ/CSLL	19.942	(3.666)
Correntes	-	(2.113)
Diferido PERT	19.325	
Diferidos*	617	(1.553)

8.2. Impostos a recuperar

A tabela a seguir demonstra a despesa (receita) com os tributos incidentes sobre o lucro e sua reconciliação à alíquota nominal vigente:

	Impostos a recuperar	
	2017	2016
Imposto sobre Circularização de Mercadorias e Serviços (ICMS)	1.326	1.047
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)	8.102	1.063
Imposto de Renda e Contribuição Social (IRPJ/CSLL)	2.506	153
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	11	436
Programa de Integração Social (PIS)	1.008	95
Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (REINTEGRA)	1.118	43
Outros	158	87
	14.229	2.924

As operações da Companhia projetadas para o ano de 2018 são suficientes para suportar a total amortização dos impostos a recuperar descritos no quadro acima.

Os ativos serão compensados substancialmente com o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) sobre o lucro e outros tributos federais inerentes à operação.

8.3. Impostos a pagar

A tabela a seguir demonstra o saldo de impostos a pagar:

	Impostos a pagar	
	2017	2016
Impostos parcelados	(34)	41
Lei nº11.941/09 - REFIS	(34)	41
Impostos correntes		
ICMS ^{1 2}	6.324	5.901
IRPJ/CSLL a recolher	-	2.114
Outros	130	(187)
	6.454	7.828
Tributos sobre o lucro	6.420	7.869
Circulante	6.420	7.869
Não circulante	-	-

¹ A unidade industrial localizada no município de Simões Filho, no estado da Bahia, goza de incentivo fiscal de ICMS na forma de subvenção para investimento, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia – Desenvolve. O incentivo que soma R\$4.320 em 31 de dezembro de 2017 (R\$4.050 em 31 de dezembro de 2016) foi concedido até outubro de 2019, e corresponde à dilatação do prazo de pagamento do ICMS de 90% do saldo devedor mensal, limitado a 72 meses. Se o pagamento for efetuado sem tal dilatação de prazo, os seguintes descontos são concedidos pelo Estado:

Meses para pagamento	Desconto
De 1 a 12	90%
De 13 a 24	85%
De 25 a 36	80%
De 37 a 48	45%
De 19 a 60	30%
De 61 a 72	Pagamento Integral

Sobre a parcela do ICMS apurada mensalmente, com prazo dilatado, incidirão juros correspondentes a 85% da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).

² Em agosto de 2016 foi divulgado um Decreto no. 16.683, alterando a regra do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia – Desenvolve, em relação à dilatação do prazo de pagamento do ICMS e também a tabela de desconto conforme demonstrado a seguir:

Meses para pagamento	Desconto
Primeiro mês	90%
De 2 a 12	40%
De 13 a 24	20%
De 25 a 72	Pagamento Integral

8.4. Impostos diferidos

A tabela a seguir demonstra a despesa (receita) com os tributos incidentes sobre o lucro e sua reconciliação à alíquota nominal vigente:

	Impostos diferidos	
	2017	2016
Ativo fiscal diferido/tributos diferidos:		
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	966	4.536
Diferenças temporárias:		
Provisão para perdas de estoques	529	390
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.606	1.544
Demais provisões	685	676
Reavaliação de ativos	(1.656)	(1.705)
Ajuste anos anteriores	(1.499)	-
Diferenças das taxas de depreciação do imobilizado	(543)	(5.278)
Impostos diferidos s/ derivativos	-	(641)
Ativo (Passivo) fiscal diferido, líquido	88	(478)

Política contábil

Os impostos correntes, sejam sobre a receita ou o lucro, são calculados com base nos regulamentos tributários brasileiros promulgados nas datas dos balanços e são registrados como despesa ou receita com base na sua apuração fiscal.

Os incentivos fiscais são reconhecidos diante da razoável segurança de atendimento das condições estabelecidas pelas autoridades governamentais fazendárias e tributárias. Os recursos oriundos desse benefício são reconhecidos na rubrica "Receita líquida".

A provisão para IRPJ e CSLL está baseada no lucro tributável do exercício, que pode divergir do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

O reconhecimento dos tributos diferidos é baseado nas diferenças temporárias na data do balanço entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, bem como dos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos são compensados quando existir um direito legalmente exequível sobre a mesma entidade tributável. Os ativos fiscais diferidos não são reconhecidos quando a recuperabilidade destes ativos não for provável.

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

A recuperação do saldo de créditos fiscais diferidos é revisada nas datas dos balanços, e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.



9. Imobilizado e intangível

Mapa e movimentação de imobilizado

	Terrenos	Edifícios e benfeitorias	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de TI	Imob em andamento	Outros	Total
Saldo em 31.12.2016	45	9.623	9.413	15.962	713	1.136	2.143	164	39.199
Custo	45	13.573	18.479	50.801	2.076	4.000	2.143	576	91.693
Depreciação acumulada	-	(3.950)	(9.066)	(34.839)	(1.363)	(2.864)	-	(412)	(52.494)
Saldo em 31.12.2016	45	9.623	9.413	15.962	713	1.136	2.143	164	39.199
Depreciação	-	(280)	(818)	(2.776)	(117)	(401)	-	(69)	(4.461)
Adições	-	-	(24)	496	-	14	181	261	928
Baixas	-	-	-	(110)	-	-	(402)	-	(512)
Transf. mantidos p/ venda	-	-	-	-	-	-	(782)	-	(782)
Transferências	-	-	275	268	-	-	(613)	-	(70)
Impairment	-	-	-	-	-	-	(190)	-	(190)
Outros	-	-	-	-	-	-	(207)	49	(158)
Saldo em 31.12.2017	45	9.343	8.846	13.840	596	749	130	405	33.954
Custo	45	13.573	18.730	51.455	2.076	4.014	130	886	90.909
Depreciação acumulada	-	(4.230)	(9.884)	(37.615)	(1.480)	(3.265)	-	(481)	(56.955)
Saldo em 31.12.2017	45	9.343	8.846	13.840	596	749	130	405	33.954



		Mapa e movimentação de intangível		
		Software	Intangível em desenvolvimento	Total
Saldo em	31.12.2016	434	-	434
	Custo	5.773	-	5.773
	Amortização acumulada	(5.339)	-	(5.339)
Saldo em	31.12.2016	434	-	434
	Amortização	(123)	-	(123)
	Adições	-	-	-
	Baixas	-	-	-
	Transf. mantidos p/ venda	-	-	-
	Transferências	69	-	69
	Impairment	-	-	-
	Outros	-	207	207
Saldo em	31.12.2017	380	207	587
	Custo	5.842	207	6.049
	Amortização acumulada	(5.462)	-	(5.462)
Saldo em	31.12.2017	380	207	587

A Companhia optou pela adoção do custo atribuído (“*deemed cost*”), ajustando os saldos de abertura na data de transição para os novos CPCs em 1º de janeiro de 2009 em contrapartida à rubrica “Ajustes de avaliação patrimonial” no patrimônio líquido. O saldo relativo ao custo atribuído em 31 de dezembro de 2017 é de R\$3.215 (R\$3.309 para 2016).

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía imóveis dados como garantia para operações financeiras – vide nota 11.

A Cromex concluiu não ser necessário realizar teste de *impairment*, pois não identificou quaisquer evidências externas ou internas de que seus ativos poderiam estar desvalorizados na data das demonstrações financeiras.



10. Fornecedores

	Fornecedores	
	2017	2016
Nacionais	64.446	67.671
Estrangeiros	14.720	19.825
	79.166	87.496

Os saldos de fornecedores nacionais e estrangeiros referem-se, substancialmente, à obrigações a pagar decorrentes de compra de matéria-prima, tais como resinas, dióxido de titânio, negro de fumo, carbonatos, aditivos e pigmentos. Os prazos médios de pagamento em 31 de dezembro de 2017 indicam 60 dias para as compras locais (57 dias em 31 de dezembro de 2016) e 116 dias para compras externas em 31 de dezembro de 2017 (110 dias em 31 de dezembro de 2016).

11. Empréstimos e financiamentos

	Empréstimos, financiamentos e debêntures - saldos	
	2017	2016
Contratos de dívida no Brasil	60.115	13.329
Contratos de dívida no exterior	49.617	84.631
Total dos empréstimos	109.732	97.960
Debêntures - a pagar	26.240	22.600
Debêntures - a apropriar	(1.005)	(1.608)
Total das debêntures	25.235	20.992
Circulante	76.226	59.819
Não Circulante	58.741	59.133

A Companhia mantém em garantia das operações de empréstimos e financiamentos em sua totalidade: penhor de estoques, títulos a receber em cobrança, alienação fiduciária de máquinas e equipamentos e alienação de imóveis (Planta da BA – Simões Filho) vinculados aos respectivos contratos, além de aval pelos acionistas controladores.

A Companhia destaca que, em relação ao Circulante de Empréstimos, a mesma mantém com o Banco do Brasil uma operação denominada de "Teto Estruturado" de aproximadamente R\$39 milhões, cujo acordo prevê rolagens de ACC e ACE num período de até dois anos. Apesar deste acordo, pelo fato de as operações terem contratualmente prazo inferior a um ano, os montantes desta operação estão classificados no Circulante.

Política contábil

Os empréstimos e financiamentos são passivos financeiros reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para a Cromex e são classificados no passivo no grupo de empréstimos e financiamentos pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Os contratos de arrendamento financeiro estão relacionados substancialmente com equipamentos de informática e veículos.



11.1. Cronograma de amortização das dívidas

Em 31 de dezembro de 2017, o principal atualizado de juros e correção monetária dos empréstimos, financiamentos e debêntures de longo prazo apresenta a seguinte composição por ano de vencimento:

	Amortização da dívida de longo prazo	
	2017	2016
2018	-	19.311
2019	15.700	25.427
2020 em diante	43.041	-
Total	58.741	44.738

11.2. Movimentação dos empréstimos e financiamentos

As tabelas a seguir demonstram as amortizações e captações durante o exercício:

	Captações, renovações e amortizações 2017		
	Taxa %	Captação	Amortização
PPE/ACC/ACE	4,72	53.960	(86.327)
CCB Renegociada	CDI + 2,25	47.772	-
CCB&KG	21,74	5.835	(6.759)
Finames, Leasings e outros	9,74	1.616	(4.498)
Cessão crédito		3.439	-
Total		112.622	(97.584)

11.3. Covenants

Os empréstimos estão sujeitos a cláusulas restritivas de acordo com as práticas usuais de mercado que estabelecem, além de determinadas obrigações de praxe e a manutenção de índices financeiros, conforme segue, cujo descumprimento pode ocasionar o vencimento antecipado:

	2017 - Covenants	
	Realizado	Covenant
Dívida Bruta* (R\$/MM)	134.967	≤ R\$ 164.704
Dívida Líquida/ EBITDA	6,0	≤ 6,7x
Cobertura de Juros	1,1	≥ 1,1x
CAPEX (R\$/MM)	928	≤ R\$ 5.000



Além dos *covenants* quanto à manutenção dos índices financeiros, a Companhia possui restrições não financeiras, principalmente em relação a decisões de negócios, incluindo manutenção do controle acionário, reestruturações societárias, alienação de ativos, contratação de empréstimos, inadimplência quanto a licenças de operação e outras obrigações comerciais e financeiras de valor mais relevante.

Em 31 de dezembro de 2017, os indicadores financeiros foram integralmente atendidos pela Companhia.

11.4. Derivativo embutido

Em 10 de agosto de 2014 a Cromex firmou junto aos bancos HSBC, Itaú e Santander empréstimos em moeda estrangeira (Pré-Pagamento de Exportação - PPE) indexados a 100% do CDI + 3,6%. Neste tipo de transação, por conta do risco do CDI não estar relacionado a uma taxa de juros em dólar, caracteriza-se este como um derivativo embutido (*swap* de juros), no qual a Cromex troca sua dívida em dólar pelo CDI + 3,6%. Tendo em vista esse aspecto, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 38, a Companhia avaliava tal derivativo embutido ao valor justo, que resultou no registro de um ativo em 31 de dezembro de 2016 no valor de R\$1.884. Com a liquidação desses empréstimos no ano corrente, esse ativo foi extinto (vide nota 4.2), resultando no reconhecimento de uma perda de mesmo valor no resultado financeiro no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.



12. Obrigações trabalhistas e previdenciárias

	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	
	2017	2016
Provisão para férias	2.802	3.516
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)	472	249
INSS	2.710	2.280
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	718	451
Participação nos Lucros e Resultados (PLR)	376	528
Salários e encargos	970	-
Outros	-	35
Total obrigações trabalhistas e previdenciárias	8.048	7.059

Política contábil

Os pagamentos de benefícios tais como salários, férias, planos de saúde, entre outros, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios, são reconhecidos mensalmente no resultado, respeitando o regime de competência.

A Companhia adota o programa de participação nos lucros e resultados ("PLR"), tendo como base as contribuições das equipes e das unidades de negócio e o desempenho da empresa medido através de indicadores de desempenho. A Cromex efetua a provisão baseada na medição periódica do cumprimento das metas e resultado da Companhia, respeitando o regime de competência e o reconhecimento da obrigação presente resultante de evento passado no montante estimado da saída de recursos no futuro. A provisão é registrada como despesa operacional.

13. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Cromex é parte envolvida em ações trabalhistas, tributárias e outras em andamento na esfera administrativa e judicial. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparada pela opinião de consultores legais. As variações dos processos judiciais são as seguintes:

	2017	2016
Tributários (a)	187	863
Trabalhistas (b)	1.246	1.124
Cíveis	55	55
	1.488	2.042
Depósitos judiciais	(327)	(447)
Total provisões	1.161	1.595

	2016	Adições	Baixas / reversões	2017
Tributários	863	321	(997)	187
Trabalhistas	1.124	210	(89)	1.246
Cíveis	55	-	-	55
Total provisões	2.042	531	(1.086)	1.488

Na esfera tributária, os processos correspondem substancialmente às discussões envolvendo PIS e da COFINS sobre a receita financeira e à tributação de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) em operações diversas, sendo o valor das baixas em função de inclusão de débitos de PIS e COFINS no PERT.

Na esfera trabalhista, há ações movidas contra a Companhia por ex-funcionários, cujos pedidos são basicamente de pagamento de verbas rescisórias, adicionais salariais, horas extras e verbas entendidas como devidas em razão de responsabilidade subsidiária. Os valores provisionados referem-se às melhores estimativas apuradas para cada processo como perda efetiva.



Política contábil

A provisão para riscos, constituída para fazer face a prováveis perdas decorrentes dos processos em curso, é efetuada e atualizada com base na avaliação da possibilidade de perda estimada pelos assessores legais da Companhia. Os processos classificados com chances de perda "possível" e "remota" não possuem provisão.

Para os tributos com exigibilidade suspensa em que há depósitos judiciais vinculados, os saldos das provisões são apresentados nas demonstrações financeiras, líquidos dos valores dos respectivos depósitos.

Os depósitos judiciais representam ativos restritos da Companhia e estão relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionados. São atualizados e, quando aplicável, podem ser apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído, a menos quando ocorrer desfecho favorável da questão para a Companhia.



14. Patrimônio líquido

14.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2017 o capital integralizado é de R\$134.125 (R\$129.781 em 31 de dezembro de 2016), representado por 134.125.065 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

Em 28 de agosto de 2017, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o aumento de capital da Cromex em R\$4.344, representado pela emissão de 4.343.556 novas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$1,00 por ação, integralizadas pelo acionista Duge Participações Ltda. com direitos relativos a créditos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais. O referido aumento de capital decorreu da adesão da Cromex ao PERT, conforme detalhado na Nota 4.1 ("Adesão ao PERT").

14.2 Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

14.3 Lucro do exercício por ação

O cálculo do número ponderado de ações em 31/12/2017 é:

	Quantidade de ações
Quantidade de ações em 31/12/2016	129.782
Emissão de ações em 31/08/2017	4.344
Quantidade de ações em 31/12/2017	134.126
Quant. ponderada de ações em 31/12/2017	131.230

Para fins de cálculo de lucro por ação, utilizar-se-á o número ponderado de ações de 131.230.

O cálculo do lucro básico por ação está assim apresentado:

	Lucro básico por ação	
	2017	2016
Lucro líquido do exercício	13.850	4.651
Média ponderada do número de ações - milhares	131.230	129.782
Lucro líquido do exercício por ação (R\$)	0,102	0,036



15.Receita líquida de vendas

	Receita líquida de vendas	
	2017	2016
Receita bruta:		
Mercado interno - indústria	303.253	326.419
Mercado externo - indústria	58.466	86.903
Mercado interno - distribuição	534	4.025
Prestação de serviços por industrialização	2.648	1.977
	364.902	419.324
AVP e ajuste de receita	(7.682)	-
Impostos sobre vendas	(66.919)	(71.414)
Abatimentos e devoluções	(4.599)	(4.871)
Incentivo fiscal (Desenvolve)	10.134	11.061
Receita líquida de vendas	295.835	354.100

Política contábil

A receita é reconhecida quando a Cromex transfere para seus clientes todos os riscos e benefícios significativos referentes à propriedade do produto vendido. A receita está apresentada líquida de qualquer imposto sobre venda e é reconhecida pelo valor justo recebido ou a receber, na medida em que for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e as receitas e os custos puderem ser medidos de forma confiável. No mercado interno, a Cromex vende substancialmente nas modalidades CIF e FCA. No mercado externo, dependendo da modalidade contratada, a receita de venda pode ser reconhecida quando o produto for disponibilizado no porto de embarque, carregado no navio, no porto de descarga ou entregue no armazém do cliente. São utilizados os modais CIF, FOB, FCA e EXW.

A receita é reconhecida pelo valor justo estimado da contraprestação total a receber. O ajuste ao valor presente (AVP) é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Desta forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a estes ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, estes juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.



16. Despesas por natureza

A Companhia apresenta a demonstração do resultado do exercício utilizando uma classificação das despesas baseada em sua função. A apresentação das despesas por natureza é como segue:

	Despesas por natureza		
	2017		
	Custo dos produtos vendidos	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas
Matérias-primas consumidas	(194.089)	-	-
Outros insumos aplicados na produção	(3.333)	-	-
Materiais de revenda	(367)	-	-
Pessoal e encargos	(24.569)	(11.817)	(12.151)
Manutenção de máquinas e equipamentos	(2.502)	(65)	(76)
Comissões	-	(1.348)	-
Fretes	(90)	(11.805)	(3)
Depreciações e amortizações	(3.385)	(447)	(816)
Serviços de terceiros	(1.494)	(50)	(5.392)
Consultorias e assessoria legal	(35)	(85)	(2.308)
Manutenção predial e móveis e utensílios	(299)	(1)	(282)
Materiais de segurança e limpeza	(955)	(4)	(37)
Materiais de teste e amostras	(279)	(165)	-
Propaganda e marketing	-	(449)	(35)
Aluguéis	(794)	-	(1.022)
Locações temporárias (máquinas, veículos e outros)	(370)	(530)	(301)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(1.229)	-
Provisão para perdas nos estoques	408	-	-
Viagens, estadas e reembolsos diversos	(43)	(582)	(281)
Seguros	(66)	(421)	(455)
Energia elétrica	(5.783)	-	(179)
Água	(480)	(1)	(11)
Telefonia e comunicações	(89)	(330)	(203)
Outras*	15.060	(2.222)	(1.898)
Total	(223.553)	(31.550)	(25.451)

* AVP, cut-off e outros



	Despesas por natureza		
	2016		
	Custo dos produtos vendidos	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas
Matérias-primas consumidas	(235.329)	-	-
Outros insumos aplicados na produção	(2.928)	-	-
Materiais de revenda	(3.031)	-	-
Pessoal e encargos	(23.265)	(12.072)	(13.955)
Manutenção de máquinas e equipamentos	(3.438)	(81)	(79)
Comissões	-	(906)	-
Fretes	(229)	(13.956)	-
Depreciações e amortizações	(3.896)	(467)	(817)
Serviços de terceiros	(1.282)	(176)	(5.394)
Consultorias e assessoria legal	-	(37)	(986)
Manutenção predial e móveis e utensílios	(378)	-	(292)
Materiais de segurança e limpeza	(1.212)	(6)	(51)
Materiais de teste e amostras	(284)	(373)	-
Propaganda e marketing	-	(316)	-
Aluguéis	(910)	-	(810)
Locações temporárias (máquinas, veículos e outros)	(500)	(611)	(591)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(965)	-
Provisão para perdas nos estoques	(937)	-	-
Viagens, estadas e reembolsos diversos	(40)	(595)	(91)
Seguros	(77)	(7)	(441)
Energia elétrica	(6.650)	-	(241)
Água	(486)	-	(11)
Telefonia e comunicações	-	(308)	(143)
Outras	(1.060)	(1.223)	(1.355)
Total	(285.932)	(32.099)	(25.257)



17. Outras receitas operacionais, líquida

	Outras receitas operacionais, líquida	
	2017	2016
Outras receitas operacionais		
Créditos fiscais extemporâneos (PIS, COFINS e INSS)*	17	3.663
Reversão de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	1.086	2.346
Outras	410	168
	<u>1.513</u>	<u>6.177</u>
Outras despesas operacionais		
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(531)	(909)
Baixa de ativos	(592)	-
Contingências - trabalhistas	(1.007)	-
	<u>(2.130)</u>	<u>(909)</u>
Total	(618)	5.268

* Demais créditos considerados em 2016 foram utilizados no âmbito do PERT. Vide nota 4.1

18. Resultado Financeiro

	Resultado financeiro	
	2017	2016
Despesas financeiras		
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(15.669)	(18.053)
Encargos sobre as debêntures	(2.568)	(4.023)
Despesas bancárias e IOF	(344)	(1.109)
AVP sobre fornecedores	(14.992)	
Juros sobre pagamentos de fornecedores	(7.338)	
Outras despesas*	(2.329)	(8.545)
	<u>(43.240)</u>	<u>(31.730)</u>
Receitas financeiras		
Juros sobre mútuo com partes relacionadas	15.275	8.068
Rendimentos de aplicações financeiras	12	119
Juros sobre crédito de clientes em atraso	412	364
AVP sobre clientes	7.682	
Outras receitas*	284	389
	<u>23.665</u>	<u>8.940</u>
Resultado financeiro	(19.575)	(22.790)

* Demais créditos considerados em 2016 foram utilizados no âmbito do PERT. Vide nota 4.1

19. Compromissos assumidos

A Companhia possui compromissos decorrentes, principalmente, de contratos de aquisição de insumos, serviços, arrendamentos de imóveis e outros. Os valores correspondentes a esses compromissos, que não estão refletidos no balanço patrimonial, são demonstrados como segue:

	Compromissos assumidos	
	2017	2016
Aluguéis de imóveis e depósitos		
Dentro de um ano	1.156	1.920
Mais de um ano e menos de cinco anos	4.624	7.680
Energia elétrica		
Dentro de um ano	10.832	9.538
Mais de um ano e menos de cinco anos	43.328	38.150
Compromissos assumidos	59.940	57.288



20. Saldos e transações com partes relacionadas

	Saldos de mútuo com partes relacionadas	
	2017	2016
Ativo não circulante		
Duge Participações Ltda - controladora direta	120.616	105.342
Passivo não contingente		
Plan Participações S.A. - controladora direta	1.353	2.490

20.1. Recuperabilidade do saldo de Partes relacionadas (DUGE)

O saldo em 31 de dezembro de 2017 desse contrato totalizava R\$120.616 (R\$105.342 em 31 de dezembro de 2016).

A realização do saldo em 31 de dezembro de 2017 desse contrato totalizava R\$120.616 (R\$105.342 em 31 de dezembro de 2016) é prevista, substancialmente, pelo pagamento de dividendos futuros a serem distribuídos, considerando o compromisso dos acionistas em utilizar os mesmos para pagamento gradual do mútuo (compensação), consoante o plano de negócios da Companhia.

A metodologia para a realização do teste foi a projeção dos resultados e fluxos de caixa da Cromex para os próximos exercícios, a fim de verificar a disponibilidade de dividendo ao acionista e consequente liquidação do mútuo por meio de encontro de contas. A projeção desses resultados foi feita em termos reais e levou em consideração o orçamento aprovado para o ano de 2018. A partir do ano de 2019, o modelo baseou-se em projeções de mercado e índices econômicos como, por exemplo, IPCA, PIB e Selic.

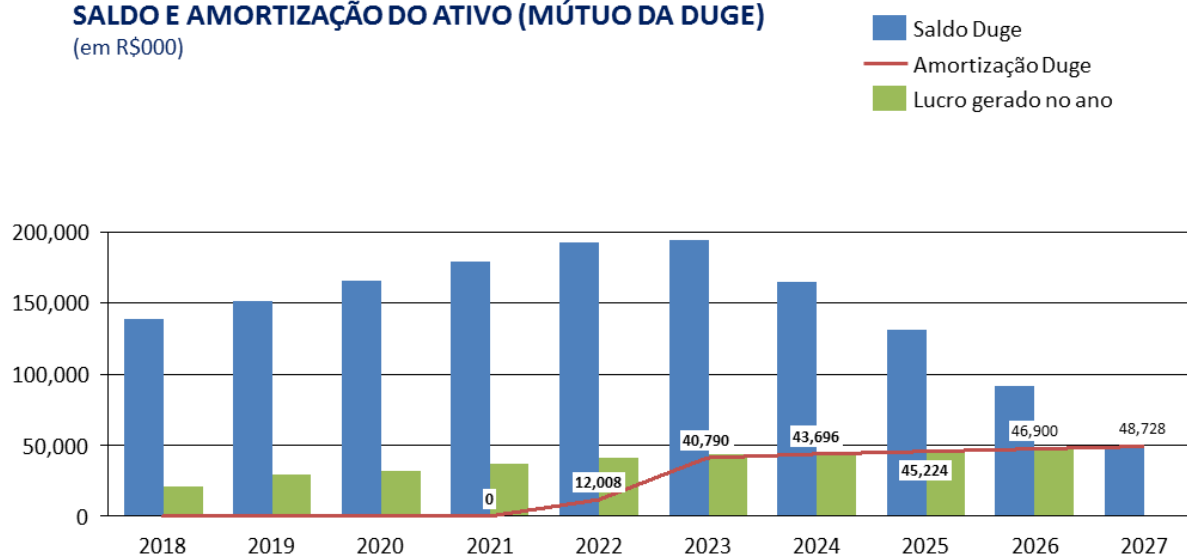
Em termos de volume, para 2018 até 2020, considerou-se um crescimento mais expressivo em função de uma recuperação gradativa da capacidade financeira e operacional da Companhia, contando ainda com condições mais favoráveis do mercado interno e a continuidade de crescimento do mercado externo. A partir de 2021, tomou-se por base a elasticidade da demanda em função do crescimento do PIB acrescida de um múltiplo usual para o mercado de transformadores de plástico no Brasil.



Assim, com base nas projeções do modelo de longo prazo, concluiu-se que o ativo será realizado pelo prazo máximo de 10 anos, podendo esse prazo ser reduzido caso a empresa tenha condições de implementar um crescimento maior ao orçado ou conseguir atingir incrementos reais em sua margem de contribuição. O gráfico a seguir demonstra a geração de lucro que estará disponível para a amortização do saldo e a evolução do crédito ao longo dos próximos exercícios:

SALDO E AMORTIZAÇÃO DO ATIVO (MÚTUO DA DUGE)

(em R\$000)



20.2 Transações com partes relacionadas

As transações efetuadas com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

	Transações com partes relacionadas			
	Receitas financeiras		Despesas financeiras	
	2017	2016	2017	2016
Duge Participações Ltda	15.275	8.068	-	-
Plan Participações S.A.			225	335
	15.275	8.068	225	335



Em 01 de dezembro de 2017, reavaliou-se a taxa do mútuo da Duge Participações Ltda (6,8% para 14,5%) através de Termo Aditivo, a fim de readequação da taxa de juros.

Em 31 de dezembro de 2017, exceto pelos avais concedidos pelos acionistas para suportar os empréstimos e financiamentos, a Companhia não possuía outros avais e garantias relacionados a partes relacionadas.

20.3. Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração total, incluindo encargos sociais e bônus referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, está demonstrada a seguir:

	Remuneração do pessoal chave da administração	
	2017	2016
Conselho de administração - Remuneração e encargos	866	950
"Chief Executive Officer - CEO" e diretoria executiva		
Salários com encargos	4.528	4.208
Gratificações e benefícios	358	591



21. Estimativa de valor justo

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis. Os empréstimos e financiamentos estão contratados substancialmente a taxas pós-fixadas e refletem as condições dos mercados de crédito acessíveis para a Companhia, portanto os valores justos dessas operações também são próximos aos valores contábeis. A Companhia não contabilizou nenhum instrumento financeiro ao valor justo.



22.Seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, proporcionando um tratamento único e uniforme, buscando no mercado coberturas compatíveis com suporte e operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro vigentes contratadas com terceiros:

Ramo	Importância segurada
Incêndio e avarias de bens do imobilizado e estoques	64.000
Lucros cessantes	14.000
Crédito (perdas com recebíveis de exportação)	25.000
Transportes (nacional e internacional)	4.000
Responsabilidade civil (D&O)	15.000
	122.000